



Cartágua – Águas do Cartaxo, S.A.

Relatório e Contas 2024



ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

3

18

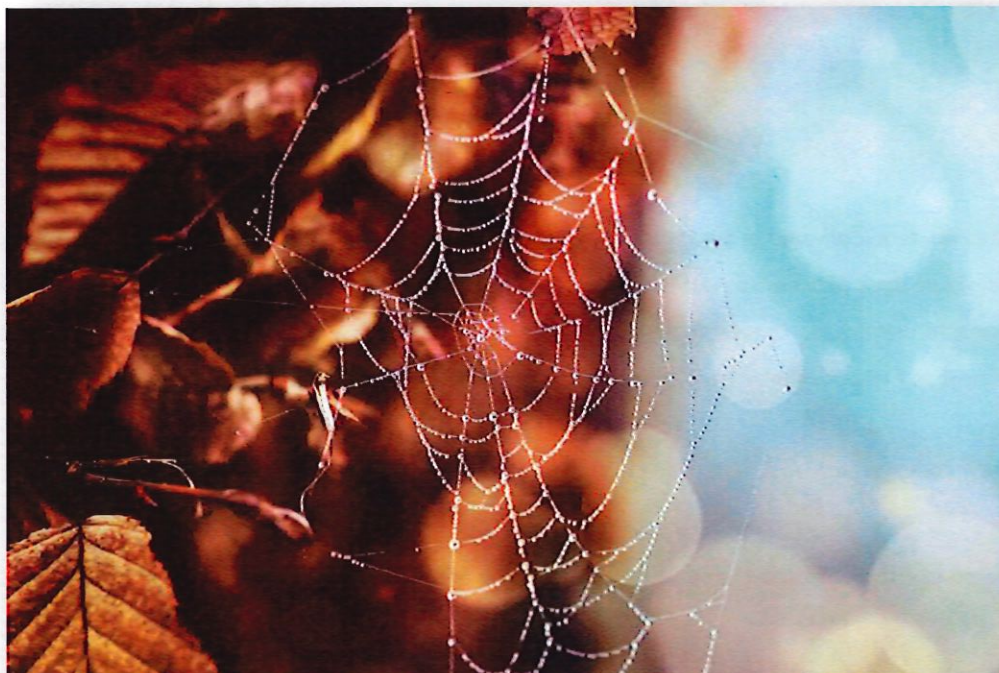
23

50



Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço Individual, Demonstração Individual de Resultados, Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa, Demonstração Individual das Alterações no Capital e respetivos anexos, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.



1. RELATÓRIO DE GESTÃO

ATIVIDADE DA EMPRESA



A Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais do Cartaxo, por contrato celebrado a 18 de março de 2010, com o Município do Cartaxo, e por um período de 35 anos.

A Concessão tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município do Cartaxo, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge 15 milhões de euros, a preços correntes.

Ao abrigo do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) foram aprovadas as candidaturas apresentadas pela Cartágua (POSEUR-03-2012-FC-000010 e POSEUR-03-2012-FC-000011) para a construção da ETAR de Pontével e da ETAR de Valada respetivamente, no último trimestre do ano 2016. Esta aprovação pressupõe um investimento em infraestruturas de cerca de 5,9 milhões de euros e uma comparticipação do Fundo de Coesão de aproximadamente 3,7 milhões de euros a partir do ano 2017. No final de 2024 as ETAR de Pontével e a ETAR de Valada entraram em pleno funcionamento.

Além do mencionado Plano de Investimentos da Concessionária, a Cartágua irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente.

Plano de Investimentos Executado

O investimento em infraestruturas realizado durante o ano de 2024 foi de 159.753 Euros, tendo a execução do Plano de Investimentos atingido no final de 2024 o montante acumulado de 13.921.209 Euros, o qual, face ao valor definido como obrigatório (15.339.402 Euros), apresenta uma percentagem de realização de cerca de 91%.

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas realizado pela Cartágua no final de dezembro de 2024 é o que se apresenta no quadro seguinte:

			Ano de 2024
Abastecimento	Cartaxo, Vila Chã de Ourique	Alta	395 425
		Baixa	862 537
	Pontével, Casais Amendoeira, Casais Lapa	Alta	320 565
		Baixa	190 183
	Valada, Porto Muge, Reguengo	Alta	74 329
		Baixa	183 845
	Vale da Pedra	Alta	365 927
		Baixa	97 302
Sub-total		2 490 113	
Saneamento	Cartaxo, Vila Chã de Ourique	Alta	527 163
		Baixa	436 950
	Pontével, Casais Amendoeira, Casal Penedo, Vale da Pinta	Baixa	1 979 373
		Baixa	301 155
	Valada, Porto Muge	Alta	85 889
		Baixa	341 732
	Eireira, Lapa	Baixa	8 610
	Outros		7 750 224
Sub-total		11 431 096	
Total		13 921 209	

Rubricas do Plano de Investimento em Execução

ETAR de Valada e respetivo sistema intercetor

A construção da ETAR de Valada e dos sistemas intercetores foi alvo de candidatura ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR). O custo total elegível foi de 3.210.290 Euros, correspondendo o apoio financeiro da União Europeia a 2.138.053 Euros. No final de 2022 concluiu-se a construção da EEAR de Porto Muge, tendo a instalação iniciado o seu funcionamento no início de 2023.

Remodelação da rede de saneamento do Porto de Muge

A conclusão desta infraestrutura ocorreu com a finalização da construção da EEAR de Porto Muge, que iniciou o seu funcionamento no início de 2023.

SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Em janeiro de 2014, a Cartágua obteve a certificação do Sistema de Gestão de Qualidade e de Ambiente, passando assim a cumprir o disposto nas normas ISO 9001 e ISO 14001.

A promoção da segurança e saúde no trabalho e a prevenção no respetivo âmbito são consideradas um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.



A avaliação e prevenção de riscos associados a cada atividade desenvolvida é feita com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração nas condições definidas.

Relativamente ao sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho, em 2024 destacam-se as seguintes ações:

- Auditorias às instalações;
- Avaliação da iluminância;
- Consulta aos trabalhadores em matéria de Equipamentos e Máquinas;
- Avaliação de máquinas e equipamentos;
- Avaliação do conforto térmico;
- Avaliação de riscos ergonómicos;
- Avaliação da qualidade do ar no interior;
- Avaliação de riscos psicossociais;
- Avaliação do ruído.

A Cartágua detém desde 2015 a certificação do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, sendo que em 2020 foi efetuada a transição para a norma ISO 45001.

ASPETOS TÉCNICOS

Qualidade da Água Distribuída



Qualidade de água para consumo humano

De forma a monitorizar a qualidade da água distribuída, a Cartágua realizou as análises em conformidade com o descrito no Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA), aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), e elaborado de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei 306/2007 de 27 de agosto,

alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro.

Todas as análises efetuadas, tal como a recolha das amostras, são realizadas por um laboratório externo acreditado para o efeito.

A Cartágua, além de realizar o controlo previsto no PCQA, realiza diariamente um controlo operacional à água destinada ao consumo humano, de forma a verificar os níveis de cloro (livre e total) em toda a extensão do sistema de abastecimento e detetar possíveis anomalias, com o objetivo de implementar com a maior brevidade possível medidas eficazes.

No que se refere ao controlo da qualidade da água captada nos cinco furos de captação, este é efetuado de acordo com o estipulado nos títulos de recursos hídricos.

Qualidade das águas residuais

A monitorização da qualidade das águas residuais tratadas nas ETAR da Cartágua é efetuada de acordo com o plano de controlo definido nas licenças de descarga emitidas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Adicionalmente, é efetuado pela Cartágua um controlo mais abrangente, por forma a obter-se outra informação relevante que permita avaliar a eficiência do tratamento, nomeadamente a monitorização de mais parâmetros, bem como em diferentes órgãos ao longo do processo de tratamento das ETAR.

Tal como indicado para a qualidade da água para consumo humano, também as análises efetuadas no controlo das águas residuais bem como a respetiva recolha das amostras são realizadas por um



laboratório externo acreditado. A referida recolha é efetuada com recurso a um amostrador composto, por forma a obter-se uma mistura representativa do efluente no ponto de recolha pré-definido.

Controlo de pragas

O plano de controlo de pragas de todos os locais afetos ao sistema de distribuição de água para consumo humano, bem como de recolha e tratamento de águas residuais, mantêm-se com uma periodicidade bimensal. No decorrer do ano 2024 foram realizadas 6 intervenções. A Cartágua através deste processo elimina possíveis pragas nas suas instalações, garantindo uma melhor qualidade do seu sistema.

Volumes de Água Comprada e Captada

No que respeita ao volume de água captada e comprada, a Cartágua durante o ano de 2024 captou um total de 1.791.267 m³, e comprou 159.533 m³ respetivamente.

O volume anual de água para consumo humano tem origem maioritariamente na água captada, correspondente a cerca de 92% do volume total.

Volume Faturado

No que respeita ao volume de água faturado, a Cartágua faturou durante o ano de 2024 um total de 1.308.286 m³, em que 1.040.031 m³ são referentes a consumidores domésticos e 268.255 m³ dizem respeito a consumidores não-domésticos.

Por outro lado, em relação ao sistema de saneamento de águas residuais, em 2024 foram faturados, pela Cartágua, cerca de 1.263.419 m³ divididos pelos diferentes tipos de utilizadores.



Interrupções de Funcionamento planeadas e não planeadas

No ano de 2024, o número de intervenções não programadas em condutas, ramais e outros locais de abastecimento perfazem um total de 614 intervenções, destas 202 interrupções originaram corte de abastecimento à população.

No que respeita às interrupções na rede de abastecimento planeadas, foram efetuadas 70 interrupções com aviso prévio.

Volume de água residual recolhido e tratado

Nas ETAR geridas pela Cartágua, no decurso do ano de 2024 foi recolhido um volume de 1.052.849 m³ de águas residuais, e tratado um volume de 866.576 m³.

Instalação de contadores

A renovação do parque de contadores evita a existência de erros na medição dos volumes de água distribuída, garantindo a cada cliente que lhe seja faturado a quantidade de água que efetivamente consome. No que respeita ao ano de 2024, foram substituídos 659 contadores.

No que respeita ao ano de 2023 foram substituídos 574 contadores.

Reabilitação da rede de água e de águas residuais

No que se refere à construção da rede de distribuição de água para consumo humano, entre janeiro e dezembro de 2024 a Cartágua procedeu a extensão de rede de 70 metros. No entanto renovou-se cerca de 858 m de condutas.

Instalação de ramais domiciliários de abastecimento e saneamento

No ano de 2024, foram instalados 93 ramais de abastecimento de água, dos quais 82 foram novos ramais e 11 foram renovados, estes últimos devidos ao avançado estado de deterioração.

Intervenções na rede de saneamento

As obstruções na rede coletora constituem uma dificuldade para o correto e eficiente funcionamento da própria rede. Para um aumento na eficácia das redes de saneamento, a Cartágua tem como objetivo a manutenção constante da referida rede, por forma a que esta esteja, a mais funcional e desobstruída possível, em 2024 verificaram-se 46 intervenções nas redes de saneamento.

Limpeza de rede de águas residuais e fossas sépticas

No âmbito do plano de manutenção da rede de saneamento, está definido que esta deverá ser efetuada com uma periodicidade mínima semestral. As limpezas na rede de saneamento são efetuadas, principalmente, nas estações da Primavera e do Outono evitando, desta forma, as obstruções na rede, ramais e descarregadores de tempestade, e protegendo o meio ambiente.

Todas as limpezas são efetuadas com recurso a camiões combinados, que têm uma elevada capacidade de aspiração e de limpeza. Em 2024, a Cartágua procedeu à limpeza de 17.845 metros de coletores de águas residuais.

No decorrer do ano de 2024, a Cartágua procedeu à limpeza de 500 fossas séticas e recolheu 5.181 m³ de águas residuais.

Construção e instalação de ramais e redes de águas residuais

No que se refere à rede de drenagem de águas residuais, no ano de 2024, a Cartágua procedeu à construção de 39 metros de rede e não efetuou qualquer substituição da rede de saneamento.

Relativamente à instalação de ramais de saneamento, no período em análise a Cartágua construiu 44 ramais novos, não tendo sido necessária qualquer intervenção ao nível de renovação de ramais.

Consumos energéticos e de reagentes

A otimização de recursos é um dos eixos estratégicos da Cartágua, espelhando esse compromisso no controlo da eficiência energética das instalações.

Durante 2024 foram consumidos um total de 1.709.381 kWh em todas as instalações de captação de água e estações elevatórias de água potável e em todas as instalações de águas residuais.

A desinfecção da água destinada ao consumo humano encontra-se a ser realizada através da injeção de cloro gás em três pontos: Central das Pratas, Furos AC 3 e AC 4. Assim, no decorrer do ano de 2024 foram consumidos 1.019 Kg.

OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Cartágua assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do município de Cartaxo, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* dos seus acionistas, a Cartágua apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Cartágua tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município de Cartaxo, incluindo a construção,

extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

RECURSOS HUMANOS



A política de gestão de recursos humanos da Cartágua é definida em relação direta com a estratégia de ambos os grupos acionistas, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do

sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste sentido, a Cartágua procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi no exercício findo em 2024 de 27 pessoas, no exercício de 2023 foram 24 pessoas.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Cartágua espelha, entre outras, a realidade de uma empresa privada com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço de cariz público, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançados pela Cartágua no ano de 2024, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas.

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 4,213 milhões de Euros (4,053 milhões de Euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 160 mil Euros originados pela aplicação da IAS 11), em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o exercício atual com o anterior, regista-se um aumento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, de cerca de 14% (de 3.552.708 Euros em 2023 para 4.053.487 euros em 2024), e a rubrica de proveitos originados pela aplicação da IAS 11 aumentou a sua contribuição para o volume de negócios do período em análise (de 115.668 Euros em 2023 para 159.753 Euros em 2024).

Gastos e Perdas

O total dos gastos da Cartágua foi em 2024 de 4.113.270 Euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 3.511.828 Euros, representa um aumento de 17%.

A rubrica de “Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas” (CMVMC), na qual se inclui, o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 98.437 Euros, representando 2% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 94.196 Euros, representando então cerca de 3% do total dos gastos do exercício. A variação entre os dois exercícios, da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi de 5%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 – Contratos de Construção) registou 1.880.890 Euros, representando cerca de 56% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 1.482.511 Euros, representando então cerca de 42% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica de fornecimentos e serviços externo foi cerca de 28%.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 – Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos no ano de 2024, contribuiu para 4% dos gastos totais, o equivalente a 159.753 mil Euros para o período em análise.

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 505.146 Euros, representando cerca de 12% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior, a mesma rubrica registava 453.685 Euros, representando então cerca de 13% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica gastos com o pessoal foi de 11%.

A Cartágua registou, em 2024, uma reversão das perdas por imparidade no valor de 24.002 Euros. Em 2023 as reversões de perdas por imparidade ascenderam a 17.164 Euros.

A rubrica de outros gastos registou em 2024, o montante de 141.091 Euros (3% do total dos gastos do período), tendo registado em 2023 o valor de 102.471 Euros (3% do total dos gastos do período). A variação entre os exercícios nesta rubrica apresentou um acréscimo de 38%.

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações registou em 2024, o montante de 896.024 Euros (22% do total dos gastos do período), tendo registado em 2023 o valor de 859.340 Euros (24% do total dos gastos do período). A variação entre os exercícios nesta rubrica apresentou um acréscimo de 4%.

O montante de juros de financiamentos suportados aumentou, em virtude do aumento das taxas de juro que ocorreram em 2024. No exercício de 2024, esta rubrica apresentou um valor de 422.099 Euros, tendo no exercício anterior, atingido o valor de 381.019 Euros.

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Cartágua foi em 2024 de 4.388.288 Euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 3.848.088 Euros, representa um aumento de 14%.

A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2024 cerca de 4.053.487 Euros, que comparada com o exercício anterior revela um aumento de 14% face ao valor de 3.552.708 Euros.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 – Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos contribuiu em 2024 com 159.753 Euros, face ao valor de 115.668 Euros apresentado no período anterior.

A rubrica de outros rendimentos registou no período em análise 136.779 Euros. A mesma rubrica registava em 2023 o valor de 138.674 Euros.

Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido do exercício, que ascende a 170.704 Euros, este diminuiu cerca de 88 mil Euros face ao exercício anterior, no qual o mesmo apresentou um valor de 258.756 Euros.

Evolução dos Capitais Próprios

A rubrica de capitais próprios da Cartágua teve um incremento, devido ao resultado líquido positivo do corrente exercício.

Apesar dos desafios decorrentes da envolvente macroeconómica, claramente influenciados pela instabilidade no médio Oriente bem com as alterações climáticas que estão a levar as Empresas a encontrar estratégias para colmatar a escassez de água. A Cartágua continua confiante na sua estratégia para enfrentar os mesmos, mantendo-se fiel ao seu compromisso de crescimento sustentável.

Ainda que muito dependentes da conjuntura económica nacional, principalmente pelas medidas adotadas pelo Governo português, os resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma constante monitorização e aplicação de medidas corretivas durante todo o período em análise neste relatório.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 1.588.704 Euros relativamente ao período em análise, apresentando um aumento de 1% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, uma diminuição de 3%, situando-se no final de 2024 em 692.680 Euros.

	Ano 2024	Ano 2023
Rentabilidade do ativo total	0,88%	1,30%
Rentabilidade dos capitais próprios	3,23%	4,98%
Rentabilidade das vendas	4,05%	7,05%
EBITDA	1 588 704	1 575 683
EBIT	692 680	716 343

Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, em especial nos dois últimos anos, reflete uma tendência de alguma estabilidade entre as principais rubricas: ativo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 19.901.958 Euros em 2023 para 19.359.979 Euros em 2024.

Em termos desagregados, os capitais próprios passaram de 5.199.313 Euros em 2023 para 5.281.430 Euros em 2024, conjuntamente com uma diminuição do valor do passivo, de 14.702.645 Euros em 2023 para 14.078.549 Euros em 2024. Em parte devido à diminuição das dívidas ao grupo constantes da rubrica de fornecedores.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro seguinte, verificou-se em 2024, em termos percentuais, que os mesmos se mantiveram constantes face ao ano de 2023:

	Ano 2024	Ano 2023
Capitais próprios	5 281 430	5 199 313
Passivo total	14 078 549	14 702 645
Passivo corrente	12 089 462	12 493 824
Ativo total	19 359 979	19 901 958
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	27,28%	26,12%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	37,51%	35,36%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	72,72%	73,88%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	85,87%	84,98%

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Cartágua prossegue o seu mandato para o triénio 2022-2024. Ainda não tendo sido nomeados novos Administradores, os anteriores mantêm-se em funções até nova nomeação.

A Administração da Cartágua está determinada em manter o esforço de implementação de reformas que contribuam para uma otimização de custos e uma maior eficiência dos serviços prestados.

Alicerçada na experiência do grupo empresarial em que se integra, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, não obstante a previsível crise económica e social com que o país se debaterá nos próximos tempos, a Cartágua encara o futuro com grande resiliência e robustez, que lhe permitirão seguramente superar os novos desafios e alcançar os objetivos que se propõe.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, ou a quaisquer outras entidades públicas.



PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DE ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO NAS ACÇÕES DA SOCIEDADE

Os membros dos Órgãos do Conselho de Administração e Fiscalização não detêm quaisquer ações da Sociedade, nem transacionaram ações no ano findo a 31 de dezembro de 2024.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido positivo do período, que ascendeu a 170.703,81 Euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal: 8.535,19 Euros

Para Outras Reservas: 162.168,62 Euros



AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Cartágua aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Cartaxo, a 31 de março de 2025

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos António Cordeiro da Conceição

Presidente

Artur António Baptista Vidal

Vogal

Nuno Filipe Sáquete Gabriel

Vogal



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

CARTÁGUA - ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.

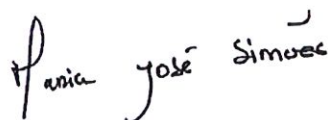
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

Em euros

	NOTAS	2024	2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2; 6	507 465	422 124
Ativos intangíveis	3.1; 3.3; 6	16 008 759	16 649 735
Outros ativos financeiros	15	2 600	2 600
Ativos por impostos diferidos	3.4; 7	642 206	688 080
subtotal		17 161 030	17 762 539
Ativo corrente			
Clientes	3.7; 9	513 323	470 273
Adiantamentos a fornecedores	3.7; 9	21 191	6 209
Estado e outros entes públicos	3.7; 8	131 318	177 488
Outros créditos a receber	3.7; 9	203 306	498 931
Diferimentos	10	7 427	4 396
Caixa e depósitos bancários	3.7; 4	1 322 384	982 122
subtotal		2 198 949	2 139 419
Total do ativo		19 359 979	19 901 958
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	3.6; 14	1 850 000	1 850 000
Reservas legais	3.6; 14	77 574	64 636
Outras reservas	3.6; 14	1 098 726	852 908
Outras variações no capital próprio	3.6; 14	2 084 426	2 173 013
Resultado líquido do período	3.6; 14	170 704	258 756
Total do capital próprio		5 281 430	5 199 313
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	3.9; 6	1 418 193	1 577 946
Passivos por impostos diferidos	7	570 894	630 875
subtotal		1 989 087	2 208 821
Passivo corrente			
Fornecedores	3.7; 13	2 027 908	2 716 263
Adiantamentos de clientes	3.7; 13	25 628	16 944
Estado e outros entes públicos	3.7; 8	74 312	115 599
Financiamentos obtidos	3.7; 12	4 845 000	4 845 000
Outras dívidas a pagar	3.7; 13	5 116 614	4 800 018
subtotal		12 089 462	12 493 824
Total do passivo		14 078 549	14 702 645
Total do capital próprio e do passivo		19 359 979	19 901 958

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2024

O Contabilista Certificado



 Maria José Simões

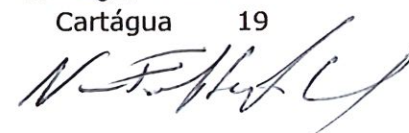


O Conselho de Administração



 António Carlos de Almeida

 Cartágua 19



CARTÁGUA - ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Em euros			
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2024	2023
Vendas e serviços prestados	3.8 ; 16	4 213 240	3 668 376
Subsídios à exploração		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	17	(98 437)	(94 196)
Fornecimentos e serviços externos	18	(2 040 643)	(1 598 179)
Gastos com o pessoal	19	(505 146)	(453 685)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	9	24 002	17 164
Outros rendimentos	20	136 779	138 674
Outros gastos	21	(141 091)	(102 471)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 588 704	1 575 683
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3.10 ; 22	(896 024)	(859 340)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		692 680	716 343
Juros e rendimentos similares obtidos	18	4 437	936
Juros e gastos similares suportados	23	(422 099)	(381 019)
Resultado antes de impostos		275 018	336 260
Imposto sobre o rendimento do período	24	(104 314)	(77 504)
Resultado líquido do período		170 704	258 756

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Manoel José Simões

Adriano P.

Carlos Alberto de Almeida

N. F. F. F. F.



CARTÁGUA - ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

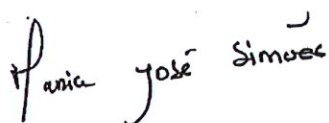
Em euros

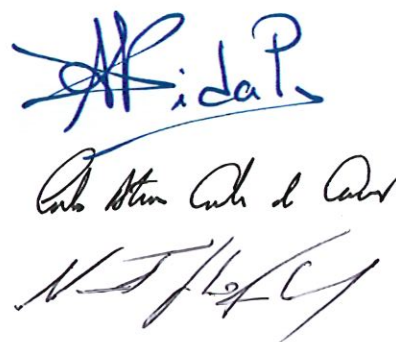
RUBRICAS	NOTAS	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		3 999 734	3 413 380
Pagamentos a fornecedores		(2 390 109)	(1 795 251)
Pagamentos ao pessoal		(501 522)	(447 079)
Caixa gerada pelas operações		1 108 103	1 171 050
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(118 461)	(79 287)
Outros recebimentos/pagamentos		(170 692)	(60 296)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		818 950	1 031 467
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(214 446)	(179 225)
Ativos intangíveis		(128 751)	(316 903)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		100	6 000
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		288 050	-
Juros e rendimentos similares		4 437	936
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(50 610)	(489 192)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(428 078)	(335 562)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(428 078)	(335 562)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		340 262	206 713
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	982 122	1 038 970
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1 322 384	982 122

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração





CARTÁGUA - ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital nominal	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período	1 850 000	55 198	673 578	2 271 786	258 756	5 109 318
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados	-	9 438	179 330	-	(258 756)	(69 988)
Subsídios - POSEUR	-	-	-	(98 773)	-	-
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio	-	9 438	179 330	(98 773)	(258 756)	(168 761)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	258 756	258 756
Resultado Integral	-	-	-	-	89 995	89 995
Posição no fim do período	1 850 000	64 636	852 908	2 173 013	258 756	5 199 313

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

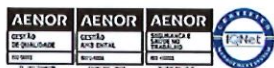
Em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital nominal	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período	1 850 000	64 636	852 908	2 173 013	258 756	5 199 313
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados	-	12 938	245 818	-	(258 756)	-
Subsídios - POSEUR	-	-	-	(88 587)	-	(88 587)
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio	-	12 938	245 818	(88 587)	(258 756)	(88 587)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	170 704	170 704
Resultado Integral	-	-	-	-	82 117	82 117
Posição no fim do período	1 850 000	77 574	1 098 726	2 084 426	170 704	5 281 430

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

O Contabilista Certificado

Pereira José Simões

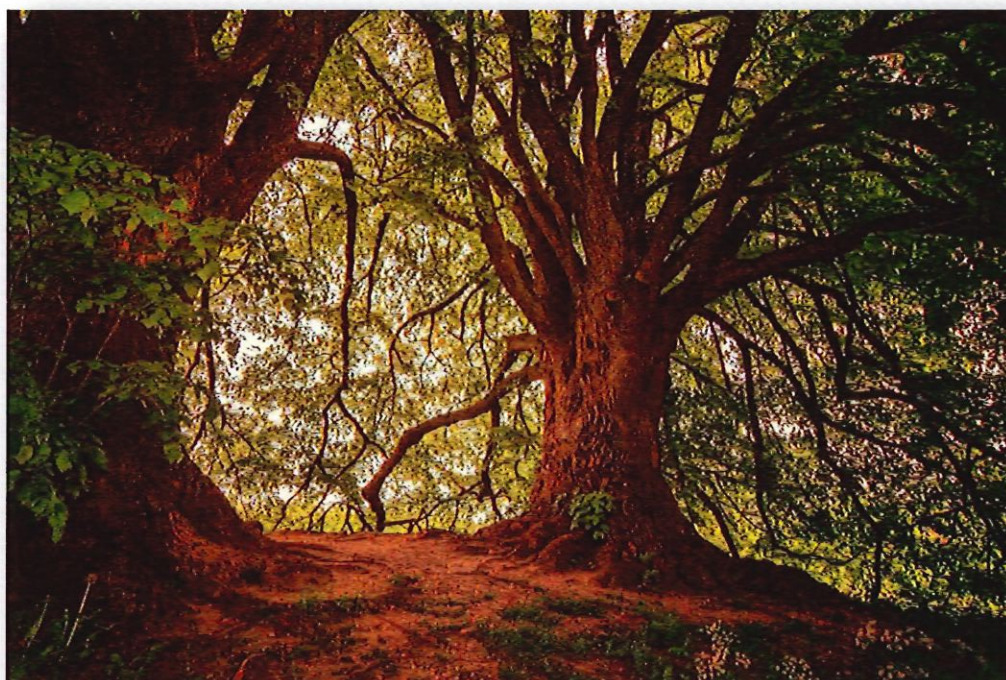


O Conselho de Administração

R. da P.
Cartágua

22

António Carlos da Costa
N. F. L. / Y



3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A. é uma sociedade anónima com sede na Zona Industrial do Cartaxo, lote 20, em Vila Chã de Ourique, constituída em 18 de março de 2010, tendo como atividade principal a prossecução da Concessão da Exploração e Gestão Conjunta dos Serviços Públicos municipais de Abastecimento de Água para Consumo público e de Recolha e Rejeição de Efluentes Domésticos no Município de Cartaxo, incluindo esta atividade, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os atos necessários para a prossecução da sua atividade.

As Demonstrações Financeiras da Cartágua foram aprovadas em Conselho de Administração a 31 de março de 2025.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, alterado pela Portaria 218/2015, de 23 de julho e alterado pela Portaria 2020/2015 de 24 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da empresa.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Cartágua, apresentadas em anexo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade

e agregação, da não compensação e da informação comparativa a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com o SNC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS /IFRS"), tal como adotadas na União Europeia a 1 de janeiro de 2010, nas matérias omissas relativamente ao âmbito da aplicação do SNC.

3.1. ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A empresa exerce uma atividade que se constitui na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. As mesmas são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, regula entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71 emitido pelo FASB e a ED emitidas pelo IASB). Estas regras prescrevem que uma empresa deve reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

IFRIC 12

A Cartágua é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais do Cartaxo, pelo que a sua faturação depende integralmente dos

consumos de água, que são por sua vez influenciados pelas condições meteorológicas, variação do número de consumidores/população, legislação e imposições do organismo regulador do setor de atividade, entre outros fatores.

A 12 de março de 2013 foi efetuada uma revisão ao contrato de concessão, tendo ficado acordado entre a Cartágua e o Município do Cartaxo, que o pagamento total da renda fixa a pagar à Concedente durante o período da concessão, se altera de 23 milhões de euros para o valor de 10,58 milhões de euros, tendo este contrato efeitos a partir do exercício económico de 2013.

A referida revisão contratual, alterou a cláusula 74.^a do contrato de concessão (Retribuição da concessão), tendo ficado previsto, o pagamento de uma retribuição anual à Concedente de valor definido até ao sexto ano de concessão, passando a partir do sétimo ano, a ser variável e calculada com base numa percentagem do montante faturado e cobrado, relativamente às tarifas fixas e variáveis dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas, que originou um ajustamento ao cálculo do ativo intangível e ao passivo financeiro associados ao contrato de concessão.

Desta forma, os registos contabilísticos tiveram por base os cálculos das retribuições fixas (durante os seis primeiros anos), considerando-se a partir do sétimo ano o valor como variável e totalmente dependente do rédito que a empresa vier a registar nesse momento.

Considerando que a base de cálculo dessa retribuição é a própria atividade operacional da empresa, considera-se custo operacional no ano em que se incorrer no mesmo. Consideramos ainda que a imprevisibilidade do setor de atividade ao qual está exposta a Cartágua gera incertezas significativas relativamente ao rédito que se venha a reconhecer a partir do sétimo ano, e até ao final do contrato de concessão, não sendo possível desta forma calcular fiavelmente a retribuição a pagar à Concedente no período em causa.

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário.

A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento total de 13,839 milhões de euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja, a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Tratando-se de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o investimento deve ser reconhecido no Ativo à medida que vai sendo realizado, e de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção (percentagem de acabamento) durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições atuais e construção de novas infraestruturas.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Cartágua reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, que se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontram disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:

	Vida Útil
Grupo 1 - Imóveis	50 anos
Grupo 2 - Instalações	8 a 10 anos
Grupo 3 - Maquinas, aparelhos e ferramentas	3 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

No momento do abate ou alienação serão calculados os ganhos ou perdas respetivas, face ao valor líquido dos bens, e serão registados como outros proveitos ou custos operacionais.

3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público.

No presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível.

O ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeiro.

3.4. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS E IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para

utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no Resultado líquido do período, em Outras Reservas ou em Excedentes de revalorização de ativos tangíveis ou intangíveis, consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

3.5. RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital da entidade totalmente subscrito e realizado, era representado por 370.000 ações, com o valor nominal de 5,00 euros.

Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

Outras reservas

Esta rubrica inclui as quantias de todas e quaisquer reservas distribuíveis, cuja afetação decorre da deliberação dos detentores de capital.

Outras variações no Capital Próprio

Esta rubrica inclui os valores ao abrigo do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) ajustado com a taxa de imposto do exercício mais a derrama.

Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no exercício.

3.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros na empresa classificam-se conforme detalhe seguinte e a sua mensuração depende da categoria:

Cientes

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o valor realizável líquido. As perdas por imparidade serão registadas quando existir informação objetiva da incobrabilidade da dívida.

Adiantamentos a fornecedores

Esta rubrica reflete os pagamentos efetuados relativamente a fornecimentos a receber de terceiros, cujo preço esteja previamente fixado, sendo registada pelo seu valor nominal.

Adiantamentos de Clientes

Esta rubrica reflete as entregas feitas relativas a fornecimentos a efetuar a terceiros, cujo preço não esteja previamente fixado, sendo registada pelo seu valor nominal.

Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

Outros créditos a receber

Os outros créditos a receber incluem devedores por acréscimos de rendimentos, dívidas do pessoal e outros devedores, e encontram-se valorizadas ao custo.

Diferimentos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efetiva.

Outras dívidas a pagar

As outras contas a pagar incluem, credores por acréscimos de gastos, fornecedores de investimento, dívidas ao pessoal e outros credores, e encontram-se valorizadas ao custo.

Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

3.7. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

Os proveitos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos períodos pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.



3.8. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Sempre que a empresa reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão. Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual.

Na eventualidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas em que se mantenha a possibilidade de afetar os períodos futuros, a empresa não reconhece um passivo contingente, mas promove a sua divulgação.

Quando se verificam ativos contingentes resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados. À semelhança dos passivos, também os ativos contingentes são divulgados.

3.9. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos reversíveis da concessão.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento reversível definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão, e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos reversíveis visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

3.10. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de período são refletidos nas demonstrações financeiras, enquanto os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

3.11. GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diversificado, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

O risco de crédito é muito limitado, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

3.12. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de créditos a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAS

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 era:

	Ano 2024	Ano 2023
Caixa	769	1 500
Depósitos à ordem		
Banco Santander Totta	105 552	80 976
Bankinter	922 463	641 327
Caixa Geral de Depósitos	293 600	258 319
Total	1 322 384	982 122

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2023	Aumentos e reavaliações	Alienações	Saldo em 31.12.2024
Ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais	-	20 387	-	20 387
Edifícios e outras construções	-	61 161	-	61 161
Equipamento básico	657 033	54 042	-	711 075
Equipamento de transporte	105 659	65 990	(7 105)	164 544
Equipamento administrativo	4 596	3 428	-	8 024
Total	767 288	205 008	(7 105)	965 191
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2023	Aumentos e reavaliações	Alienações	Saldo em 31.12.2024
Ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	1 019,00	-	1 019
Equipamento básico	269 025	82 464	-	351 489
Equipamento de transporte	72 747	33 963	(7 105)	99 605
Equipamento administrativo	3 392	2 221	-	5 613
Total	345 164	119 687	(7 105)	457 726
Saldo líquido	422 124			507 465

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2022	Aumentos e reavaliações	Alienações	Saldo em 31.12.2023
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	613 724	52 503	(9 194)	657 033
Equipamento de transporte	105 659	-	-	105 659
Equipamento administrativo	26 524	1 376	(23 304)	4 596
Total	745 907	53 879	(32 498)	767 288
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2022	Aumentos e reavaliações	Alienações	Saldo em 31.12.2023
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	199 241	78 978	(9 194)	269 025
Equipamento de transporte	48 632	24 115	-	72 747
Equipamento administrativo	26 524	172	(23 304)	3 392
Total	274 397	103 265	(32 498)	345 164
Saldo líquido	471 510			422 124

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2023	Aumentos e reavaliações	Saldo em 31.12.2024
Ativos intangíveis			
Plano investimento concessão	25 516 733	-	25 516 733
Direito utilização armazém	141 500	-	141 500
Obras realizadas concessão	129 686	135 381	265 067
Total	25 787 919	135 381	25 923 300

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2023	Aumentos e reavaliações	Saldo em 31.12.2024
Ativos intangíveis			
Plano investimento concessão	9 131 124	749 015	9 880 139
Direito utilização armazém	3 088	3 369	6 457
Obras realizadas concessão	3 972	23 973	27 945
Total	9 138 184	776 357	9 914 541
Saldo líquido	16 649 735		16 008 759

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2022	Aumentos e reavaliações	Saldo em 31.12.2023
Ativos intangíveis			
Plano investimento concessão	25 516 733,00		25 516 733
Direito utilização armazém	-	141 500	141 500
Obras realizadas concessão	-	129 686	129 686
Total	25 516 733	271 186	25 787 919

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2022	Aumentos e reavaliações	Saldo em 31.12.2023
Ativos intangíveis			
Plano investimento concessão	8 382 109	749 015	9 131 124
Direito utilização armazém	-	3 088	3 088
Obras realizadas concessão	-	3 972	3 972
Total	8 382 109	756 075	9 138 184
Saldo líquido	17 134 624		16 649 735

As provisões registadas são referentes ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, se encontra por realizar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado, no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido no valor das provisões foi o seguinte:

	Ano 2024	Ano 2023
Saldo inicial	1 577 946	1 697 581
Aumentos	-	-
Diminuições (Nota 18)	(159 753)	(119 635)
Total	1 418 193	1 577 946

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2024		Ano 2023	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	888 080	830 876	884 416	859 651
Efeitos na demonstração de resultados				
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais (Nota 24)	(45 874)	(59 981)	23 665	(28 676)
Total dos efeitos na demonstração de resultados	(45 874)	(59 981)	23 665	(28 676)
Saldo final	842 206	870 894	888 080	830 876

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi de 20% e 21%, respetivamente, acrescida de derrama municipal.

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis bem como das perdas por imparidade de clientes (Nota 9). A variação verificada face ao período anterior está relacionada, em cerca de 43,6 mil euros pela amortização de ativos intangíveis e 2,3 mil Euros pelas perdas por imparidades de clientes.

Os passivos por impostos diferidos são relativos ao subsídio POSEUR, que irá ser utilizado em linha com o reconhecimento na demonstração de resultados do mesmo.

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2024	Ano 2023
Ativo		
Pagamento por conta	87 065	68 868
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	44 253	108 620
Outros impostos	-	-
Total	131 318	177 488
	Ano 2024	Ano 2023
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	58 439	101 170
Retenção de impostos sobre o rendimento	5 082	5 956
Contribuições para a Segurança Social e CGA	10 462	8 355
Outros impostos	329	118
Total	74 312	115 599

9. CLIENTES, ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A rubrica “Clientes” refletem os valores em dívida dos consumidores finais em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	Ano 2024	Ano 2023
Clientes		
Clientes C/C	513 323	470 273
Clientes Cobrança Duvidosa	12 096	36 098
Perdas por imparidade acumuladas	(12 096)	(36 098)
Total	513 323	470 273

Perdas por imparidade

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de contas a receber foi como segue:

	Ano 2024	Ano 2023
Saldo inicial	(36 098)	(53 262)
Reforço	(9 830)	(22 938)
Reversão	33 832	40 102
Saldo final	(12 096)	(36 098)
Variação Ano	24 002	17 164

Adiantamentos a fornecedores

A rubrica “Adiantamentos a fornecedores” reflete o valor adiantado aos seguintes fornecedores a 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Ano 2024	Ano 2023
Adiantamentos a fornecedores		
AON Portugal - Corretores Seguros, S.A.	15 007	-
Bondalti Chemicals, S.A.	2 789	1 984
Bankinter, S.A.	2 352	4 023
Guarda Nacional Republicana	422	-
MEO-Serv.Com.Mult. S.A.	387	-
Via Verde Portugal, SA	136	59
Getnet Europe, Entidade de Pago, S.L.	51	73
SIBS - Forward Payment Solutions, S.A.	37	-
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	10	-
Tagusgas Empresa Gás Vale do Tejo	-	31
Banco Santander Totta, S.A.	-	39
Total	21 191	6 209

Outros Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de “Outros créditos a receber” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2024	Ano 2023
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação (1)	197 642	184 098
Devedores e credores diversos		
Cauções	5 664	5 664
Subsídios POSEUR	-	309 169
Total	203 306	498 931

- (1) O valor da rubrica devedores por acréscimos de rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfasamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados.

A rubrica POSEUR foi recebida em 2024, ano em que foi encerrado o fundo comunitário POSEUR2020 que lhe estava associada. O montante recebido foi inferior em cerca de 21 mil Euros do que estava registado, a diferença deveu-se aos ajustes finais do subsídio. O valor a reconhecer como rendimento também foi ajustado no mesmo montante (Nota 14).

Em 2023 apenas o montante que faltava receber se encontra refletido nesta rubrica, o montante é ajustado à taxa de imposto em vigor, à qual acresce a derrama apresentada na rubrica de “Passivos por impostos diferidos” (Nota 7).

10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de “Diferimentos” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2024	Ano 2023
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	7 427	4 396
Total	7 427	4 396

11. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC, através da participação de 60% da empresa FCC Aqualia, S.A., e Grupo Nov através da participação de 40% da empresa BioSmart – Soluções Ambientais, S.A.

As contas da sociedade são incluídas na consolidação das contas dos respetivos Grupos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2024			Ano 2023		
	Fornecedores (Nota 13)	Financiamentos obtidos - Corrente (Nota 12)	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)	Fornecedores (Nota 13)	Financiamentos obtidos - Corrente (Nota 12)	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	1 115 147	-	-	1 589 905	-	-
Biosmart – Soluções Ambientais, S.A.	750 120	1 952 000	19 463	1 051 818	1 952 000	21 472
HIDC - Hidro-Investimentos do Centro	-	-	3 180 016	-	-	3 020 263
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	7 997	-	-	1 916	-	-
FCC Aqualia S.A.	1 432	2 893 000	40 958	1 430	2 893 000	42 431
Total	1 874 696	4 845 000	3 240 437	2 645 069	4 845 000	3 084 166

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2024		Ano 2023	
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 18)	Juros e gastos similares suportados (Nota 23)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 18)	Juros e gastos similares suportados (Nota 23)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	369 417	-	348 382	-
Biosmart – Soluções Ambientais, S.A.	220 730	170 050	201 967	153 509
HIDC - Hidro-Investimentos do Centro	159 753	-	115 668	-
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	16 122	-	19 308	-
FCC Aqualia S.A.	3 929	252 027	1 430	227 510
Total	769 951	422 077	686 755	381 019

12. FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os financiamentos obtidos apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2024	Ano 2023
Passivo corrente		
Financiamentos Concedidos Grupo		
FCC Aqualia, S.A.	2 893 000	2 893 000
Biosmart – Soluções Ambientais, S.A.	1 952 000	1 952 000
Total	4 845 000	4 845 000

Os valores constantes da rubrica são referentes a um empréstimo corrente dos acionistas, com vencimento anual a 31 de dezembro de cada ano e renovações sucessivas, se nenhuma das partes se pronunciar até um mês antes do término do contrato. Este financiamento está, neste momento, negociado à taxa de juro de 5% acrescida da Euribor a 3 meses.

13. FORNECEDORES, ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de “Fornecedores e outras dívidas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2024	Ano 2023
Fornecedores		
Fornecedores C/C	153 212	71 194
Partes relacionadas (Nota 11)	1 874 696	2 645 069
Total	2 027 908	2 716 263

	Ano 2024	Ano 2023
Passivo corrente		
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	27	26
Fornecedores de investimentos partes relacionadas (nota 11)	3 180 016	3 020 263
Fornecedores de investimentos	13 690	16 499
Férias e subsídios de férias	67 873	66 310
Credores por acréscimos de gastos		
Investimentos reversíveis - Canon a pagar	690 000	690 000
Juros a pagar - FCC Aqualia (nota 11)	38 461	42 431
Juros a pagar - Biosmart (nota 11)	19 463	21 472
Devedores e credores diversos	1 107 084	943 017
Total	5 116 614	4 800 018

A rubrica de “Fornecedores de investimento” com partes relacionadas é relativa ao saldo do HIDC.

Adiantamentos de clientes

A rubrica “Adiantamentos de clientes” reflete o valor adiantado pelos clientes a 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi como segue:

	Ano 2024	Ano 2023
Adiantamento de Clientes		
Adiantamentos de Clientes Gerais	25 628	16 944
Total	25 628	16 944

14. CAPITAL PRÓPRIO

Capital

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital, totalmente subscrito e realizado, ascendia a 1.850 mil Euros e era composto por 370.000 ações com o valor nominal de 5 Euro cada.

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 6 de maio de 2024, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de 258.756 Euros, foi transferido para reserva legal no montante de 12.938 Euros e o remanescente no valor de 245.818 Euros para a rubrica de outras reservas.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 18 de maio de 2023, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de 188.767 Euros, foi transferido para reserva legal no montante de 9.438 Euros e o remanescente no valor de 179.329 Euros para a rubrica de outras reservas.

15. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Investimentos Financeiros” é detalhada como se segue:

	Ano 2024	Ano 2023
Investimentos Financeiros		
Fundo de Compensação do Trabalho	2 600	2 600
Total	2 600	2 600

O Fundo de compensação é um fundo autónomo, financiado pelas entidades empregadoras através de contribuições mensais que visam ao pagamento de até 50% do valor da compensação de trabalhadores

abrangidos por este regime na sequência da cessação do contrato de trabalho. Sempre que a entidade empregadora cessar um contrato de trabalho e pague a compensação devida, solicita ao fundo a devolução do valor entretanto pago. Este fundo está mensurado pelo valor do custo.

A contribuição para este Fundo terminou no decorrer do ano de 2023, sendo possível continuar a solicitar o reembolso em caso de saída do funcionário ou a utilização deste Fundo para formação profissional dos funcionários da empresa.

16. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresenta o seguinte detalhe:

	Ano 2024	Ano 2023
Vendas	3 949 052	3 460 003
Serviços Prestados	104 435	88 738
Subcontratos (2) - (Nota 18)	159 753	119 635
Total	4 213 240	3 668 376

(2) Corresponde à componente de proveitos reconciliados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas, associado ao plano de investimentos.

17. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas” é detalhada como se segue:

	Ano 2024	Ano 2023
Matérias-primas		
Existências iniciais	-	-
Compras	98 437	94 196
Existências finais	-	-
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	98 437	94 196

18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” é detalhada como se segue:

	Ano 2024	Ano 2023
Subcontratos (1)	159 753	115 668
Serviços especializados	1 265 041	1 050 941
Energia e fluidos	259 680	110 459
Materiais	136 166	118 131
Deslocações, estadas e transportes	9 691	8 989
Serviços diversos	210 312	193 991
Total	2 040 643	1 598 179

(1) Corresponde à componente de custos reconciliados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas, associado ao plano de investimentos.

(1) Corresponde à componente de custos reconciliados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas, associado ao plano de investimentos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 769.951 euros e 686.755 euros, respetivamente (Nota 11).

19. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Gastos com o Pessoal” é detalhada como se segue:

	Ano 2024	Ano 2023
Remunerações	397 594	356 551
Encargos sociais	86 133	78 537
Seguros de acidentes de trabalho	7 982	7 010
Outros gastos com o pessoal	13 437	11 587
Total	505 146	453 685

O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi, nos exercícios findo em 2024 e 2023, de 27 pessoas e 24 pessoas, respetivamente.

20. OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Outros rendimentos” é detalhada como se segue:

	Ano 2024	Ano 2023
Imputação de Subsídios - POSEUR	127 449	127 449
Alienação ativos fixos tangíveis	100	6 000
Outros rendimentos	9 230	5 225
Total	136 779	138 674

A rubrica POSEUR inclui os montantes reconhecidos como rendimento em 2024 e 2023, numa base sistemática, na demonstração financeira para balancear com os gastos relacionados (amortizações).

21. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2024	Ano 2023
Impostos e taxas	99 205	47 745
Dívidas incobráveis	33 832	40 102
Outros gastos	8 054	14 624
Total	141 091	102 471

22. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o detalhe da rubrica de “Gastos de depreciação e de amortização” era o seguinte:

	Ano 2024	Ano 2023
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	1 019	-
Equipamento básico	82 464	78 978
Equipamento de transporte	33 963	24 115
Equipamento administrativo	2 221	172
Ativos intangíveis		
Outros ativos intangíveis (Canon)	278 146	278 146
Outros ativos intangíveis (Reversíveis)	498 211	477 929
Total	896 024	859 340

23. JUROS SUPOSTADOS E JUROS OBTIDOS

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresentava no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte composição:

	Ano 2024	Ano 2023
Juros obtidos		
Juros e rendimentos similares obtidos	4 437	936
Total	4 437	936

	Ano 2024	Ano 2023
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos (nota 11)	422 077	381 019
Outros juros	22	-
Total	422 099	381 019
Resultados financeiros	(417 662)	(380 083)

24. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município do Cartaxo, a derrama é de 1,5%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 22,5%.

Para o exercício de 2024, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2021 a 2024 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são detalhados conforme se apresenta de seguida:

	Ano 2024	Ano 2023
Resultado líquido do período (expurgado do impacto do imposto diferido)	216 579	235 090
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	470 868	470 868
IRC e outros impostos incidentes sobre lucros	58 439	101 170
Perdas por imparidade não aceites fiscalmente	7 372	17 204
Créditos incobráveis	33 832	40 102
Juros não aceites para além do limite fiscal	66 329	-
Excesso estimativa imposto IRC	(906)	-
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(532 169)	(373 401)
Reversão imparidade	(33 832)	(40 102)
Benefícios fiscais	(29 778)	(9 438)
Lucro tributável	256 734	441 493
Prejuízos reportados de anos anteriores	-	-
Matéria coletável	256 734	441 493
Coleta	51 914	91 714
Pagamento por conta	87 065	68 868
IRC a pagar/(recuperar)	(35 151)	22 846
Derrama	3 851	6 622
Tributações autónomas	2 674	2 833
Total a pagar/(recuperar)	(28 626)	32 301
Imposto corrente do exercício	58 439	101 169
Imposto diferido ativo (Nota 7)	45 875	(23 665)
Imposto do exercício	104 314	77 504
<i>Resultado antes do imposto</i>	<i>275 018</i>	<i>336 260</i>
<i>Imposto diferido activo (2741 / 8122)</i>	<i>(45 875)</i>	<i>23 665</i>
<i>Imposto do período com impacto do imposto diferido activo no resultado</i>	<i>(104 314)</i>	<i>(77 504)</i>
<i>Resultado após impacto do imposto diferido activo</i>	<i>170 704</i>	<i>258 756</i>

25. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Ativos contingentes

Na data de 31 de dezembro de 2024, não existiam na Cartágua ativos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registrar-se, relativamente ao período em questão.

Passivos contingentes, garantias e compromissos

Foram prestadas pelas seguintes entidades, garantias bancárias à Câmara Municipal de Cartaxo, para garantia do cumprimento das obrigações assumidas no contrato celebrado com aquela entidade.

	Ano 2024	Ano 2023
FCC Aqualia, S.A.	180 000	180 000
Biosmart – Soluções Ambientais, S.A.	120 000	120 000
Total	300 000	300 000

26. LOCAÇÕES

Locações operacionais

A Empresa celebrou contratos de locações de viaturas.

Os contratos de *renting* de viaturas foram celebrados por um período inicial entre 36 e 60 meses, sendo possível renegociar o prazo da vigência dos contratos, contudo não está estabelecido a aquisição dos veículos no termino do contrato. Face às dificuldades de aquisições de novas viaturas em consequência da falta de componentes no mercado, em 2024 foi renegociado o prazo das entregas das viaturas que estavam em fim de contrato.

Os compromissos assumidos pela Empresa, bem como os gastos incorridos em relativamente aos contratos existentes em 2024 e 2023, são conforme segue:

<i>Renting</i> viaturas	Ano 2024	Ano 2023
2024	-	19 167
2025	12 964	-
TOTAL	12 964	19 167

Gasto ano	2024	2023
<i>Renting</i> viaturas	19 018	19 167
TOTAL	19 018	19 167



27. HONORÁRIOS AUDITORIA

A Empresa registou um gasto com honorários relativo aos auditores Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., no montante de 8.624 Euros, relativos à auditoria às demonstrações financeiras.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

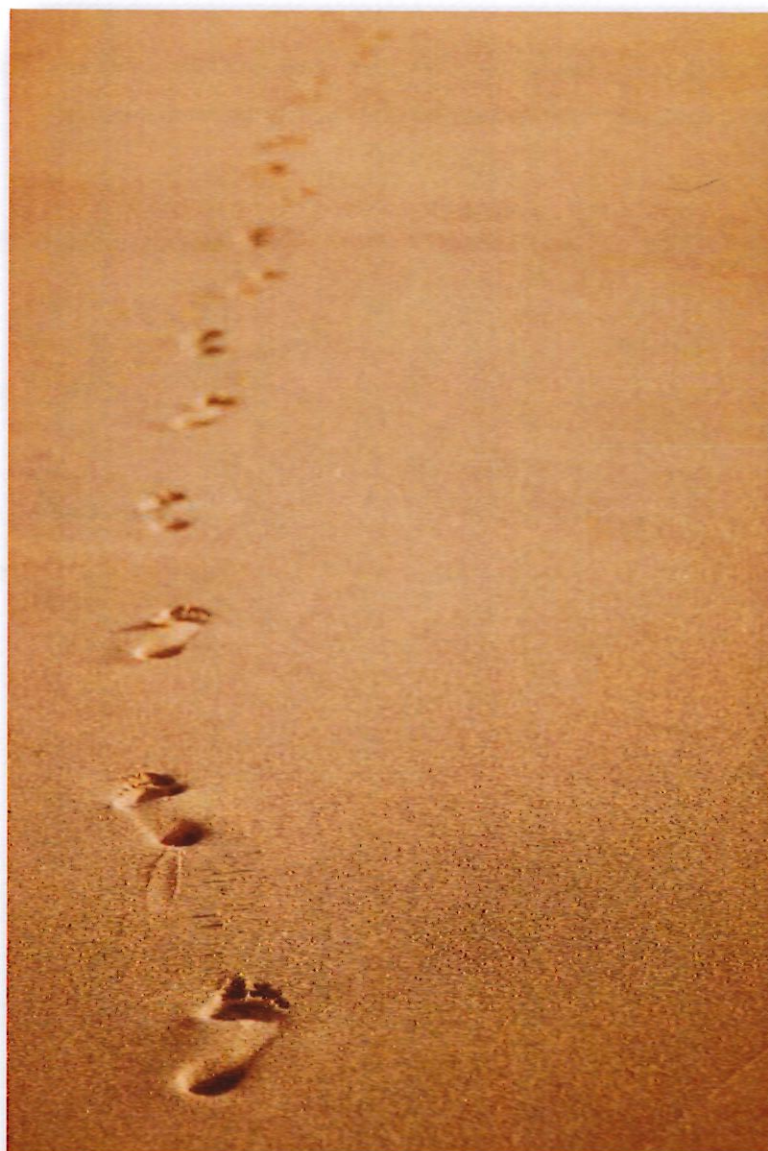
Francisco José Simões

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Signature]

Presidente do Conselho de Administração

[Signature]



4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANO
MARIA BALBINA CRAVO
PEDRO CORREIA PROENÇA
MANUELA GUERRA OLIVEIRA
FREDERICO AMANTE RASQUILHA
MÓNICA SOFIA CUNHA

PP.
W

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **CARTÁGUA- ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 19.359.979 euros e um total de capital próprio de 5.281.430 euros, incluindo um resultado líquido de 170.704 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **CARTÁGUA- ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com



acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 10 de abril de 2025

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

O Sócio Responsável pela Elaboração

Pedro Correia Proença, ROC n.º 2021
Registado na CMVM sob o n.º 20230005

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056
Registado na CMVM sob o n.º 20160668